

Declaração do Contador - 2025 Com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação Completa	Código do Órgão
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	26267
<p>Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.</p> <p>Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.</p> <p>As demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, com as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP), com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:</p> <p>1. À composição dos valores do Ativo Imobilizado e Intangível:</p> <p>a) Não entrega do inventário de bens móveis e intangíveis no prazo, impossibilitando o registro no exercício corrente, com isso, manteve-se o saldo de R\$ 6.877.549,80 na conta de Bens Não Localizados e de R\$ 697,00 na conta Softwares Não Localizados: Aplicadas as Restrições 632 - Saldos alongados/indevidos em contas transitórias do ativo não circulante - imobilizado e 633 - Saldos alongados/indevidos em contas transitórias do ativo não circulante - intangível;</p> <p>b) Ausência da reavaliação dos bens móveis e intangíveis: Aplicada a Restrição 634 - Falta avaliação de bens móveis, imóveis, intangíveis e outros;</p> <p>c) Ausência de testes de recuperabilidade (redução ao valor recuperável) de bens móveis e intangíveis;</p> <p>d) Falta da revisão da vida útil dos softwares que não são amortizados;</p> <p>e) Ausência de contabilização de Imóveis recebidos em forma de Contrato de Cessão de Uso e de Comodato: Aplicada a Restrição 776 - Falta de reconhecimento de bens imóveis;</p> <p>f) Saldo na conta de Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET.</p> <p><u>Justificativas da área para o item a:</u></p> <p>De acordo com o setor responsável, o inventário de bens móveis e intangíveis não foi entregue no prazo em razão da necessidade de ajustes no sistema para a consolidação dos dados no relatório final. Em relação ao inventário de materiais bibliográficos, o levantamento físico foi realizado no exercício de 2025 por comissão específica, designada pela Portaria nº 176/2025-PROAGI, entretanto, o relatório apresenta restrições para consolidação contábil devido a divergências nos registros patrimoniais do SIPAC, que não refletem a situação real do acervo. Essas inconsistências dificultam a extração de relatórios confiáveis necessários à realização do inventário. Destaca-se que, ao longo do exercício de 2025, foram efetuados, de forma conjunta pela BIUNILA/DA, CTIC/DISIS e DELOG/SEPAT, lançamentos, correções e ajustes no sistema, visando à continuidade do processo de incorporação dos livros ao patrimônio da Universidade. Atualmente, os trabalhos concentram-se no mapeamento das inconsistências remanescentes no sistema, com vistas ao saneamento definitivo e à regularização patrimonial do acervo bibliográfico. Estima-se que, ao longo do exercício de 2026, todas as inconsistências identificadas sejam devidamente sanadas.</p> <p><u>Justificativas da área para o item b, c e d:</u></p> <p>O setor responsável justificou, no Ofício 2/2026/DELOG/PROAGI, que as equipes estiveram fortemente demandadas por atividades prioritárias e rotineiras da área logística e patrimonial, incluindo aquisições, registros, movimentações, gestão de contratos, inventários e demais rotinas administrativas. Essas demandas inviabilizaram a execução integral de ações de maior complexidade técnica, como reavaliações, testes de recuperabilidade e revisão de vida útil de ativos intangíveis. No exercício</p>	

Declaração do Contador - 2025 Com Ressalva

subsequente, serão avaliadas alternativas e estratégias para viabilizar a execução dessas atividades, com vistas ao atendimento integral das exigências do MCASP.

Justificativa para o item e:

a) Em 2022, a UNILA recebeu em forma de Contrato de Cessão de Uso, sob o regime de utilização gratuita de Imóvel da União, pelo prazo de 10 anos, um terreno localizado à Avenida Carlos Gomes s/no, Parte do lote 1549 - Vila Portes, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, com área de 59.927,89 m², no valor de R\$ 1.487.410,12, registrado sob a Matrícula no 76.687, do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu - PR. Cadastrado no SPIUNET sob o RIP 7563010035000 e RIP Utilização 7563010055000. A finalidade da cessão se destina na construção, implantação e funcionamento do novo Campus Universitário da UNILA, conforme consta no processo 23422.018269/2022-09. No entanto, o imóvel não foi transferido contabilmente para a UNILA. Em contato com a Setorial Contábil/MEC e a SPU/PR, foi constatado que a transferência não ocorreu devido a problemas no sistema SPIUNET. Desta forma, foi enviado à SPU/PR, em março de 2023, o ofício nº 157/2023/Reitoria, solicitando que tão logo o sistema seja normalizado, que seja efetivado o procedimento de contabilização do imóvel em favor da UNILA, considerando a existência de contrato já firmado neste sentido. Em Junho de 2023, a Reitoria formalizou a solicitação de conversão da cessão do terreno para doação por meio do Ofício nº 223/2023/Reitoria à SPU/PR, entretanto, após análise da gestão atual, não há evidência de que este ofício tenha sido encaminhado à SPU/PR. Em junho de 2024, a reitoria formalizou outro ofício, de nº 130/2024/Reitoria, também endereçado à Superintendência do Patrimônio da União no Paraná, solicitando prorrogação do prazo para início das obras por dois anos, devido ao prazo estipulado encerrar-se em 07/07/2024. Até o encerramento do exercício, não houve registro de resposta no processo.

b) Em setembro/2025, a UNILA recebeu da Itaipu Binacional, em forma de Contrato de Comodato, pelo prazo de 20 (vinte) anos, a cessão do uso de duas frações localizadas na área do imóvel da Itaipu, perfazendo a área total de 28.696.31 m², caracterizadas junto ao Quadrante 06, Quadricula 03, Setor 29, Quadra 01, Lote nº 9999, matrícula 78.626 do Cartório de Registro de Imóveis - 1º Ofício da comarca de Foz do Iguaçu, sendo: I) Área "A" – Acesso ao Campus Arandu da UNILA, com área de 23.659,53 m²; e II) Área "B" – Poligonal adjacente ao Campus Arandu da UNILA, com área de 5.036,78 m². Sem valor definido no contrato, conforme consta no processo eletrônico 23422.011280/2025-82. Entretanto, o imóvel ainda não foi registrado no SPIUNET. Foi enviado e-mail aos setores responsáveis solicitando o registro.

Justificativa para o item f:

O Saldo na conta de Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET, totalizando R\$ 67.604.000,00, trata-se da desapropriação administrativa do imóvel do Campus do Jardim Universitário, sob matrícula nº 100.652, conforme decreto nº 12.706, de 31 de outubro de 2025 em favor da UNILA (processo 23422.025105/2025-72). A liquidação ocorreu em novembro e dezembro de 2025 e ainda está em processo de incorporação, não sendo possível o registro no SPIUNET antes do encerramento do exercício.

2. À existência de saldos alongados em contas de controle:

Foi identificado que alguns contratos continuados possuem saldos alongados de períodos anteriores devido à realização de contratos com valores estimados, resultando em valores não executados. Para regularizar esses saldos, o Departamento de Contratos deve encaminhar solicitação de baixa ao Departamento de Contabilidade. Embora o Departamento de Contabilidade encaminhe periodicamente a relação de saldos dos contratos para análise, algumas solicitações de baixa ainda não foram encaminhadas. Dessa forma, vêm sendo aplicada a restrição 653 - Saldo alongado/indevido em contas de controle.

3. Às despesas do exercício corrente pagas com recursos de restos a pagar:

Foi constatado o pagamento de despesas cujo fato gerador ocorreu no exercício corrente, utilizando-se empenhos inscritos em restos a pagar, sendo aplicada a Restrição 706. Os pagamentos foram devidamente autorizados pela autoridade competente, conforme consta nos seguintes processos:

Declaração do Contador - 2025 Com Ressalva

23422.000070/2025-69; 23422.000085/2025-27; 23422.018151/2023-53; 23422.000090/2025-30; 23422.000088/2025-61; 23422.000086/2025-71; 23422.000564/2025-43; 23422.001715/2025-81; 23422.002257/2025-05; 23422.002591/2025-51; 23422.020572/2024-25; 23422.006468/2024-28; 23422.001608/2025-52; 23422.021934/2022-33; 23422.019658/2024-13; 23422.023545/2024-12; 23422.001423/2025-48.

4. Devido à apropriação de despesas fora do período de competência:

Apropriação de despesas fora do período de competência, devido:

- À liquidação de despesas antes da ocorrência do fato gerador (bolsas da PRAE);
- E à liquidação de despesas após a ocorrência do fato gerador, por atraso dos fornecedores no envio dos documentos fiscais e/ou demora no trâmite processual da Unidade Gestora, sem colocação da despesa em liquidação.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Foz do Iguaçu, PR	Data	27/01/2026
Contador Responsável	Cleverson José Abati	CRC nº	058524/O-0